

A delegação e o fetichismo político*

A delegação pela qual uma pessoa dá poder, como se diz, a outra pessoa, a transferência de poder pela qual um mandante autoriza um mandatário a assinar em seu lugar, a agir em seu lugar, a falar em seu lugar, pela qual lhe dá uma procuração, isto é, a *plena potentia agendi*, o pleno poder de agir por ela, é um ato complexo que merece reflexão. O plenipotenciário, ministro, mandatário, delegado, porta-voz, deputado, parlamentar, é uma pessoa que possui um mandato, uma comissão ou uma procuração para representar- palavra extraordinariamente polissêmica -, quer dizer, para mostrar e fazer valerem os interesses de uma pessoa ou de um grupo. Mas, se é verdade que delegar é encarregar alguém de uma função, de uma missão, transmitindo-lhe o próprio poder que se tem, deve-se perguntar como é possível que o mandatário possa ter poder sobre quem lhe dá poder. Quando o ato de delegação é realizado por uma única pessoa em favor de uma única pessoa, as coisas são relativamente claras. Porém, quando uma única pessoa é depositária dos poderes de uma multidão de pessoas, ela pode estar investida de um poder transcendente a cada um dos mandantes. E, simultaneamente, ela de certo modo pode ser uma encarnação dessa espécie de transcendência do social que os durkheimianos muitas vezes nomearam.

Mas isso não é tudo, não só há o risco de que a delegação dissimule a verdade da relação de representação, como também o paradoxo das situações em que um grupo só pode existir pela delegação a uma pessoa singular - o secretário-geral, o papa, etc. - habilitada a agir como pessoa moral, isto é, como substituto do grupo. Em todos esses casos, segundo a equação que estabeleciam os canonistas - a Igreja é o papa -, *em aparência* o grupo faz o homem que fala em seu lugar, em seu nome - esse é o pensamento em termos de delegação -, ao passo que *na realidade* é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo. É porque o representante existe, porque *representa* (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu

* Conferência apresentada na Associação dos Estudantes Protestantes de Paris, em 7 de junho de 1983, publicada em *Actes de ta Recherche en Sciences Sociales*, 52-53, junho de 1984.

representante como representante de um grupo. Percebe-se nessa relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se *causa sui*, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria - ou, em todo caso, não existiria plenamente, enquanto grupo representado - se ele não estivesse ali para encarná-lo.

Essa espécie de círculo original da representação foi ocultada: substituíram-no por uma infinidade de questões, das quais a mais comum é a questão da tomada de consciência. Ocultou-se a questão do fetichismo político e o processo ao fim do qual os indivíduos se constituem (ou são constituídos) enquanto grupo, mas perdendo o controle sobre o grupo no e pelo qual eles se constituem. Há uma espécie de antinomia inerente ao político que se deve ao fato de os indivíduos só poderem se constituir (ou ser constituídos) enquanto grupo, vale dizer, enquanto força capaz de se fazer entender, de falar e ser ouvida, na medida em que se despossuírem em proveito de um porta-voz. E isso tanto mais quanto mais despossuídos forem eles. É preciso sempre correr o risco da alienação política para escapar à alienação política. (Na verdade, essa antinomia só existe realmente para os dominados. Poderíamos dizer, para simplificar, que os dominantes existem sempre, ao passo que os dominados só existem quando se mobilizam ou se munem de instrumentos de representação. Salvo talvez nos períodos de restauração que se seguem às grandes crises, os dominantes têm interesse no *laissez-faire*, nas estratégias independentes e isoladas de agentes aos quais basta serem razoáveis para serem racionais e reproduzirem a ordem estabelecida.)

É o trabalho de delegação que, sendo esquecido e ignorado, torna-se o princípio da alienação política. Os mandatários e os ministros - tanto no sentido de ministros do culto como de ministros de Estado - são, segundo a fórmula de Marx a propósito do fetichismo, um desses "produtos da cabeça do homem que aparecem como que dotados de vida própria". Os fetiches políticos são pessoas, coisas, seres que parecem não dever senão a si mesmos uma existência que lhes foi dada pelos agentes sociais; os mandantes adoram sua própria criatura. A idolatria política reside justamente no fato de que o valor que existe na personagem política, esse produto da cabeça do homem, aparece como uma misteriosa propriedade objetiva da pessoa, um encanto, um carisma; o *ministerium* aparece como *mysterium*. Também aqui eu poderia citar Marx, *cum grano salis*, claro, porque

evidentemente suas análises do fetichismo não visavam (não sem motivo) o fetichismo político. Marx dizia, na mesma passagem célebre: "O valor não traz escrito na testa o que ele é". Essa é a própria definição de carisma, essa espécie de poder que parece ter origem em si mesmo.

Assim, a delegação é o ato pelo qual um grupo se constitui, dotando-se desse conjunto de coisas que constitui os grupos, isto é, uma sede e militantes profissionais, um *bureau* em todos os sentidos do termo, e primeiro no sentido de modo de organização burocrática, com marca, sigla, assinatura, delegação de assinatura, carimbo oficial, etc. O grupo existe a partir do momento em que se dotou de um órgão permanente de representação dotado de *plena potentia agendi* e de *sigillum authenticum*, logo, capaz de substituir ("falar por" significa "falar no lugar de") o grupo serial feito de indivíduos separados e isolados, em constante renovação, que só podem agir e falar por si mesmos. O segundo ato de delegação, que é muito mais camuflado e ao qual precisarei voltar, é o ato pelo qual a realidade social assim constituída, o partido, a Igreja, etc., concede um mandato a um indivíduo. Emprego a expressão "mandato burocrático" de propósito. Esse indivíduo será o secretário - escritório combina muito bem com secretário -, será o ministro, o secretário-geral, etc. Já não é o mandante quem designa um delegado, mas o escritório que concede um mandato a um plenipotenciário. Vou explorar essa espécie de caixa preta: em primeiro lugar, a passagem dos sujeitos atomísticos para o escritório; em seguida, a passagem do escritório para o secretário. Para analisar esses dois mecanismos, temos um paradigma que é o da Igreja. A Igreja, e através dela cada um de seus membros, detém o "monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação". A delegação, neste caso, é o ato pelo qual a Igreja (e não os simples fiéis) delega ao ministro o poder de agir em seu lugar.

Em que consiste o mistério do ministério? O mandatário torna-se, pela delegação inconsciente - falei como se ela fosse consciente, para atender as necessidades da exposição, por meio de um artifício análogo à idéia de contrato social -, capaz de agir como substituto do grupo de mandantes. Em outros termos, o mandatário de certa forma está numa relação de metonímia com o grupo, ele é uma parte do grupo que pode funcionar enquanto signo no lugar do grupo como um todo. Pode funcionar enquanto signo passivo, objetivo, que significa, que torna manifesta a presença dos mandantes, enquanto representante, enquanto grupo *in effigie* (dizer que a CGT foi recebida no Eliseu significa

dizer que o signo foi recebido no lugar da coisa significada). Mas, além disso, trata-se de um signo que fala, que, enquanto porta-voz, pode dizer o que é, o que faz, o que representa, o que imagina representar. E quando se diz que a CGT foi recebida no Eliseu, o que se está querendo dizer é que o conjunto dos membros da organização foi expresso de dois modos: pelo ato de manifestação, pela presença do representante, e, eventualmente, pelo discurso do representante. E, ao mesmo tempo, percebe-se claramente como a possibilidade de deturpação inscreve-se no próprio ato de delegação. Na medida em que na maioria dos atos de delegação os mandantes passam um cheque em branco ao mandatário, nem que seja pelo fato de que muitas vezes ignoram as questões às quais o mandatário terá de responder, eles se colocam nas suas mãos. Na tradição medieval, essa fé dos mandatários que confiam na instituição chamava-se *fides implicita*. Expressão magnífica, que se transpõe com muita facilidade para a política. Quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se vêem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou de ser falados.

No caso limite dos grupos dominados, o ato de simbolização pelo qual se constitui o porta-voz, a constituição do "movimento", é contemporâneo à constituição do grupo; o signo faz a coisa significada, o significante identifica-se à coisa significada, que não existiria sem ele, que se reduz a ele. O significante não é apenas aquele que exprime e representa o grupo significado; ele é aquilo que declara que ele existe, que tem o poder de chamar à existência visível, mobilizando-o, o grupo que ele significa. É o único que, em determinadas condições, usando o poder que lhe confere a delegação, pode mobilizar o grupo: é a manifestação. Ao dizer: "Vou lhes mostrar que sou representativo, apresentando-lhes as pessoas que represento" (esse é o eterno debate sobre o número de manifestantes), o porta-voz manifesta sua legitimidade tornando manifestos aqueles que lhe conferem a delegação. Mas ele tem esse poder de tornar manifestos os manifestantes porque ele é, de certa forma, o grupo que ele manifesta.

Em outros termos, pode-se demonstrar tanto em relação aos funcionários graduados, a exemplo do que fez Luc Boltanski, como em relação ao proletariado, ou aos professores, que, em muitos casos, para sair da existência que Sartre chamava de serial e chegar à

existência coletiva, não há outra via senão passar pelo porta-voz. É a objetivação num “movimento”, numa “organização”, o que, por uma *fictio juris* típica da magia social, permite a uma simples *collectio personarum plurium* existir como pessoa moral, como *agente social*.

Darei um exemplo tomado à política mais cotidiana, mais comum, a que está diante de nós todos os dias. Isso para me fazer compreender, embora com o risco de ser compreendido de uma maneira fácil demais, com essa semicompreensão comum que é o principal obstáculo à verdadeira compreensão. O difícil, em sociologia, é conseguir pensar de modo completamente assombroso, desconcertado, coisas que acreditávamos compreendidas havia muito tempo. É por isso que às vezes é preciso começar pelo mais difícil para realmente compreender o mais fácil. Voltando ao exemplo: durante os acontecimentos de maio de 68, surgiu um certo sr. Bayet, que, ao longo das “jornadas”, não deixou de falar em nome dos *agregés* enquanto presidente da Société des Agrégés, sociedade que, pelo menos na época, praticamente não tinha base. Temos aqui um caso típico de usurpação, com uma personagem que faz crer (a quem? no mínimo, à imprensa, que só reconhece e conhece porta-vozes, condenando os demais à “livre opinião”), que possui “atrás de si” um grupo, pelo fato de poder falar em seu nome, enquanto pessoa moral, sem ser desmentido por ninguém (tocamos aqui nos limites: quanto menos adeptos ele tiver, menor será o risco de ser desmentido; a ausência de desmentido manifesta, na verdade, a ausência de adeptos). O que se pode fazer contra um homem como esse? Pode-se protestar publicamente, pode-se abrir uma petição. Quando membros do Partido Comunista querem se livrar da direção, eles são devolvidos à série, à recorrência, ao estatuto de indivíduos isolados que devem dotar-se de um porta-voz, de uma direção, de um grupo para se livrarem do porta-voz, da direção, do grupo (o que a maior parte dos movimentos, em particular os movimentos socialistas, sempre denunciou como pecado capital - o “fracionismo”). Em outros termos, o que se pode fazer para combater a usurpação dos porta-vozes autorizados? Claro, existem respostas individuais contra todas as formas de esmagamento pelo coletivo, *exit and voice*, como diz Albert Hirschman, a saída ou o protesto. Mas pode-se também fundar uma outra sociedade. Se vocês consultarem os jornais da época, verão que, por volta de 20 de maio de 1968, apareceu uma outra Société des Agrégés, com secretário-geral, timbre, escritório, etc. Não há

escapatória.

Portanto, essa espécie de ato original de constituição, no duplo sentido, filosófico e político, que a delegação representa é um ato de magia que permite fazer existir o que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de indivíduos justapostos, sob a forma de uma pessoa fictícia, uma *corporatio*, um corpo, um corpo místico encarnado num corpo (ou corpos) biológico(s), *corpus corporatum in corpore corporato*.

A autoconsagração do mandatário

Tendo mostrado como a usurpação está presente em estado potencial na delegação, como o fato de falar por - isto é, em favor e em nome de alguém - implica a propensão para falar no lugar de, gostaria de abordar as estratégias universais através das quais o mandatário tende a se autoconsagrar. Para poder se identificar com o grupo e dizer “eu sou o grupo”, “eu sou, logo, o grupo é”, o mandatário deve de certa forma anular-se no grupo, doar-se ao grupo, clamar e proclamar: “Eu existo somente pelo grupo”. A usurpação do mandatário é necessariamente modesta, supõe a modéstia. Com certeza, é por isso que todos os dirigentes partidários têm um ar de família. Existe uma espécie de má-fé estrutural no mandatário, que, para se apropriar da autoridade do grupo, deve se identificar com o grupo, reduzir-se ao grupo que o autoriza. Mas eu gostaria de citar Kant, quando ele observa, em *La religion dans les limites de la simple raison*^{*}, que uma Igreja fundada na fé incondicionada e não em uma fé racional não teria “servidores” (*ministri*), mas “funcionários de alto escalão que ordenam (*officiales*), e que, mesmo quando não aparecem com todo o brilho da hierarquia”, como na Igreja protestante, e mesmo quando “se erguem. em palavras contra uma tal pretensão, querem não obstante ser considerados os únicos exegetas autorizados das Santas Escrituras” e assim transformam “o serviço da Igreja (*ministerium*) em dominação sobre seus membros (*imperium*), ainda que, para dissimular a usurpação, valham-se do modesto título de servidores”. O mistério do ministério só pode agir caso o ministro dissimule a usurpação, bem como o *imperium* que ela lhe confere, afirmando-se como simples e humilde ministro. O desvio das propriedades da posição social em proveito da pessoa só é possível na medida em que é dissimulado: essa é a própria definição de poder simbólico. Um poder simbólico é um poder que supõe o

^{*}Vrin, 1979, pp. 217-218

reconhecimento, isto é, o desconhecimento da violência que se exerce através dele. Logo, a violência simbólica do ministro só pode se exercer com essa espécie de cumplicidade que lhe concedem, pelo efeito de desconhecimento que a denegação estimula, aqueles sobre os quais se exerce a violência.

Nietzsche diz isso muito bem em *O Anticristo*, que é menos uma crítica do cristianismo do que uma crítica do mandatário, do delegado, sendo o ministro católico a encarnação do mandatário, é por isso que nesse livro ele ataca obstinadamente o padre e a hipocrisia sacerdotal, bem como as estratégias por meio das quais o mandatário se absolutiza, se autoconsagra. O primeiro procedimento que o ministro pode empregar consiste em fazer com que o considerem necessário. Kant já lembrava a invocação da necessidade de exegese, da leitura legítima. Nietzsche a designa com todas as letras: “Não é possível ler esses Evangelhos senão com a máxima prudência, eles apresentam uma dificuldade atrás de cada palavra” (p. 69). O que Nietzsche sugere é que, para se autoconsagrar como intérprete necessário, o intermediário deve produzir a necessidade de seu próprio produto. E, para isso, precisa produzir a dificuldade que somente ele poderá resolver. O mandatário opera assim - ainda estou citando Nietzsche - uma “transformação de si mesmo em sagrado”. Para fazer com que sintam essa necessidade, o mandatário recorre também à estratégia da “abnegação impessoal”. “Nada é mais profunda e intimamente destrutivo do que o 'dever impessoal', o sacrifício junto ao Moloch da abstração” (p. 19). O mandatário é aquele que consigna a si mesmo tarefas sagradas: “Entre quase todos os povos, o filósofo não é mais do que o prolongamento do tipo sacerdotal, de modo que essa herança do padre - recompensar-se com moeda falsa - não nos surpreenderá mais. Quando se têm tarefas sagradas, por exemplo, emendar, salvar, redimir o homem, [...] não se é igualmente salvo por semelhante tarefa?” (p. 21).

Todas essas estratégias do sacerdócio têm como fundamento a má-fé no sentido sartriano, a mentira para si mesmo, a “mentira sagrada” através da qual o padre decide sobre o valor das coisas dizendo que são absolutamente boas as coisas que são boas para ele (p. 41): o padre, diz Nietzsche, é aquele que “chama Deus à sua própria vontade” (p. 77). (Da mesma forma, poderíamos dizer: o político chama povo, opinião, nação à sua própria vontade.) Cito Nietzsche mais uma vez: “A lei, a vontade de Deus, o livro santo, a inspiração - outras tantas palavras para designar as condições segundo as quais o padre

alcança o poder, com as quais ele mantém o poder -, esses conceitos estão na base de todas as organizações sacerdotais, de todas as formas de dominação sacerdotal ou, antes, filosófico-sacerdotais” (p. 94). O que Nietzsche quer dizer é que os delegados reduzem a si mesmos os valores universais, apropriam-se dos valores, “requisitam a moral” (p. 70), e, portanto, açambarcam as noções de Deus, de Verdade, de Sabedoria, de Povo, de Mensagem, de Liberdade, etc. E as transformam em sinônimos de quê? De si mesmos. “Eu sou a verdade.” Eles se tornam sagrados, autoconsagram-se e, simultaneamente, traçam o limite entre eles e os simples profanos; tornam-se assim, como diz Nietzsche, “a medida de todas as coisas”.

É no que eu chamaria de *efeito de oráculo*, graças ao qual o porta-voz faz com que fale o grupo em nome do qual ele fala, falando assim com toda a autoridade desse ausente impalpável, que melhor se percebe a função da humildade sacerdotal: é anulando-se completamente em benefício de Deus ou do Povo que o sacerdote se faz Deus ou Povo. É quando me torno Nada - e porque sou capaz de me tornar Nada, de me anular, de me esquecer, de me sacrificar, de me dedicar - que me torno Tudo. Sou apenas o mandatário de Deus ou do Povo, mas aquilo em nome do que eu falo é tudo, e nessa condição eu sou tudo. O efeito de oráculo é uma autêntica duplicação da personalidade: a pessoa individual, o eu, anula-se em proveito de uma pessoa moral transcendente (“Entrego minha pessoa à França”). A condição para o acesso ao sacerdócio é uma autêntica *metanoia*, uma conversão; o indivíduo comum deve morrer para que nasça a pessoa moral. Morre e torna-se uma instituição (é isso o que fazem os ritos de instituição). Paradoxalmente, os que se fizeram nada para se tornar tudo podem inverter os termos da relação e censurar os que são apenas eles mesmos, que falam apenas por si mesmos, por não serem nada de fato e de direito (porque incapazes de abnegação, etc.). É o direito de reprimenda, de culpabilização - uma das vantagens do militante.

Em suma, o efeito de oráculo é um desses fenômenos que temos a ilusão de compreender rápido demais - todos nós ouvimos falar de Pítia, dos sacerdotes que interpretam o discurso oracular - e não sabemos reconhecê-lo no conjunto de situações em que alguém fala em nome de alguma coisa a que, esse alguém dá existência por meio de seu próprio discurso. Toda uma série de efeitos simbólicos que se exercem diariamente na política repousa nessa espécie de ventriloquia usurpadora, que consiste em fazer com que

falem aqueles em nome de quem se fala, em fazer com que falem aqueles em nome de quem se tem o direito de falar, em fazer com que fale o povo em nome de quem se está autorizado a falar. Quando um político diz “o povo, as classes populares, as massas populares”, etc., ele raramente deixa de produzir o efeito de oráculo, isto é, o efeito que consiste em produzir simultaneamente a mensagem e o deciframento da mensagem, em fazer com que se acredite que “eu sou um outro”, que o porta-voz, mero substituto simbólico do povo, é realmente o povo no sentido em que tudo o que ele diz é a verdade e a vida do povo.

A usurpação que reside no fato de alguém se afirmar como capaz de falar “em nome de” é o que autoriza a passagem do indicativo ao imperativo. Se eu, Pierre Bourdieu, átomo singular, em condição isolada, falando apenas por mim mesmo, se eu digo: é preciso fazer isso ou aquilo, derrubar o governo, rejeitar os foguetes Pershing, quem me seguirá? Mas, se me encontro colocado em condições estatutárias que me permitam aparecer falando “em nome das massas populares” ou, *a fortiori*, “em nome das massas populares e da Ciência, do socialismo científico”, isso muda tudo. A passagem do indicativo ao imperativo - os durkheimianos, que tentaram fundamentar uma moral na ciência dos costumes, compreenderam isso muito bem - supõe a passagem do individual ao coletivo, princípio de toda coação reconhecida ou reconhecível. O efeito de oráculo, forma limite da performatividade, é o que permite ao porta-voz autorizado autorizar-se junto ao grupo que o autoriza para exercer uma coação reconhecida, uma violência simbólica sobre cada um dos membros isolados do grupo. Se eu sou o coletivo feito homem, o grupo feito homem, e se esse grupo é o grupo de que você faz parte, que o define, que lhe dá uma identidade, que faz com que você seja realmente um professor, realmente um protestante, realmente um católico, etc., não há realmente mais nada a fazer senão obedecer. O efeito de oráculo é a exploração da transcendência do grupo em relação ao indivíduo singular operada por um indivíduo que de certa forma é efetivamente o grupo, quando não porque ninguém pode se levantar e dizer: “Você não é o grupo”, a menos que seja para fundar um outro grupo e se fazer reconhecer como mandatário desse novo grupo.

Esse paradoxo da monopolização da verdade coletiva está na origem de todo efeito de imposição simbólica: eu sou o grupo, isto é, a coação coletiva, a coação do coletivo sobre cada membro, sou o coletivo feito homem e, simultaneamente, sou aquele que manipula o

grupo em nome do próprio grupo; eu me autorizo junto ao grupo que me autoriza para coagir o grupo. (A violência inscrita no efeito de oráculo nunca se faz sentir com tanta intensidade quanto nas situações de assembléia, situações tipicamente eclesiais, onde os porta-vozes normalmente autorizados e, em situações de crise, os porta-vozes profissionais que se autorizam, podem falar em nome de todo o grupo reunido: ela se sente na impossibilidade quase física de produzir uma fala divergente, dissidente, contra a unanimidade forçada que produzem o monopólio da fala e as técnicas de unanimização, como os votos com a mão levantada ou por aclamação de moções manipuladas.)

Seria preciso fazer uma análise lingüística desse jogo duplo - ou duplo eu - e das estratégias retóricas por meio das quais se exprime a má-fé estrutural do porta-voz, especialmente com a constante passagem do *nós* ao *eu*. No domínio simbólico, os atos de força traduzem-se por “atos de forma” - e é com a condição de saber disso que se pode fazer da análise lingüística um instrumento de crítica política e da retórica, uma ciência dos poderes simbólicos. Quando um dirigente partidário quer empreender um ato de força simbólica, passa do eu ao nós. Ele não diz: “Eu penso que vocês, sociólogos, devem estudar os operários”, mas: “Nós pensamos que vocês devem ...”, ou: “A demanda social exige que ...” Logo, o *eu* do mandatário, o interesse particular do mandatário deve esconder-se atrás do interesse proclamado do grupo, e o mandatário deve “universalizar seu interesse particular”, como dizia Marx, a fim de fazê-lo passar por interesse do grupo. Em termos mais genéricos, o uso de uma linguagem abstrata, das grandes palavras abstratas da retórica política, o verbalismo da virtude abstrata, que, como Hegel percebeu bem, gera o fanatismo e o terrorismo jacobino (é preciso ler a terrível fraseologia da correspondência de Robespierre), tudo isso participa da lógica do “duplo eu” que fundamenta a usurpação subjetiva e objetivamente legítima do mandatário.

Gostaria de tomar o exemplo do debate sobre a arte popular. (Estou um pouco preocupado com a comunicabilidade do que estou dizendo e isso deve estar sendo percebido pela dificuldade em me comunicar.) Vocês conhecem o debate recorrente sobre a arte popular, arte proletária, realismo socialista, cultura popular, etc., debate tipicamente teológico no qual a sociologia não consegue entrar sem cair numa armadilha. Por quê? Porque se trata do terreno por excelência do efeito de oráculo que acabei de descrever. O que é chamado, por exemplo, de realismo socialista é na verdade o produto típico dessa

substituição do eu particular dos mandatários políticos, do eu jdanoviano, para chamá-lo pelo nome, ou seja, pequeno burguês intelectual de segunda ordem, que deseja fazer reinar a ordem, sobretudo sobre os intelectuais de primeira ordem, e que se universaliza instituindo-se como povo. E uma análise elementar do realismo socialista mostraria que não há nada de popular nisso que na verdade é um formalismo ou mesmo um academismo, fundado numa iconografia alegórica muito abstrata, o Trabalhador, etc. (ainda que essa arte pareça responder, muito superficialmente, à demanda popular de realismo). O que se exprime nessa arte formalista e pequeno-burguesa - que, longe de exprimir o povo, encerra a denegação do povo, sob a forma daquele “povo” de torso nu, musculoso, bronzeado, otimista, olhando para o futuro, etc. - é a filosofia social, o ideal inconsciente de uma pequena burguesia de homens de aparelho que trai seu medo real do povo real identificando-se com um povo idealizado, segurando tochas, facho da Humanidade... Poderíamos fazer a mesma demonstração a propósito da “cultura popular”, etc. Trata-se de casos típicos de substituição de sujeito. O sacerdócio - e isso é o que Nietzsche queria dizer -, padre, Igreja, dirigentes partidários de todos os países, substitui pela sua própria visão de mundo (deformada por sua *libido dominandi*) a visão de mundo do grupo de que ele supostamente é a expressão. Hoje em dia usa-se o povo como em outras épocas usava-se Deus, para acertar contas entre clérigos.

A homologia e os efeitos de desconhecimento

Mas agora é preciso perguntar como todas essas estratégias de jogo duplo, ou de duplo eu, podem funcionar apesar de tudo: como é possível que o jogo duplo do mandatário não se denuncie a si mesmo? O que precisa ser compreendido é o que constitui o ponto nodal do mistério do ministério, ou seja, a “impostura legítima”. De fato, não se trata de sair da representação ingênua do mandatário devotado, do militante desinteressado, do dirigente cheio de abnegação, para cair na visão cínica do mandatário como usurpador consciente e organizado - essa é a visão do século XVIII, à Helvetius e de Holbach, do padre, uma visão muito ingênua na sua aparente lucidez. A impostura legítima só é bem-sucedida porque o usurpador não é um calculador cínico que engana conscientemente o povo, mas alguém que com toda a boa-fé *considera-se* uma coisa diferente da que ele é.

Um dos mecanismos que fazem com que a usurpação e o jogo duplo funcionem, se assim posso dizer, com toda a inocência, com a mais perfeita sinceridade, é que em muitos casos os interesses do mandatário e os interesses dos mandantes coincidem em grande parte, de modo que o mandatário pode acreditar e fazer com que acreditem que ele não possui interesses à margem dos interesses de seus mandantes. Para explicar isso, sou obrigado a dar uma volta por uma análise um pouco mais complicada. Existe um campo político (assim como existe um espaço religioso, artístico, etc.), isto é, um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes. Esse espaço político tem uma esquerda, uma direita, com os porta-vozes dos dominantes e os porta-vozes dos dominados; o espaço social também possui seus dominantes e seus dominados; e esses dois espaços se correspondem. Há uma homologia. Isso quer dizer que, *grosso modo*, aquele que ocupa no jogo político uma posição de esquerda a está para aquele que ocupa uma posição de direita b , assim como aquele que ocupa uma posição de esquerda A está para aquele que ocupa uma posição de direita B no jogo social. Quando a quer atacar b para acertar contas específicas, ele atende aos seus interesses específicos, definidos pela lógica da concorrência no interior do campo político, mas, ao mesmo tempo, atende aos interesses de A . Essa coincidência estrutural dos interesses específicos dos mandatários e dos interesses dos mandantes está na base do milagre do ministério sincero e bem-sucedido. As pessoas que atendem bem aos interesses de seus mandantes são pessoas que atendem a si mesmas ao atendê-los.

Se é preciso falar de interesse, é porque essa noção tem uma função de ruptura; ela destrói a ideologia do desprendimento, que é a ideologia profissional dos clérigos de todo gênero. As pessoas que estão no jogo religioso, intelectual ou político possuem interesses específicos que, por mais diferentes que sejam dos interesses do diretor-presidente que joga no campo econômico, não são menos *vitais*; todos esses interesses simbólicos (não dar o braço a torcer, não perder sua circunscrição, calar a boca do adversário, triunfar sobre uma “corrente” adversária, ganhar a presidência, etc.) constituem-se de tal modo que, ao atendê-los, ao obedecer a eles, é comum (existem naturalmente casos de descompasso, nos quais os interesses dos mandatários entram em conflito com os interesses dos mandantes) que os

mandatários atendam a seus mandantes; ocorre, em todo caso, e com muito mais frequência do que se poderia esperar se tudo acontecesse ao acaso ou segundo a lógica da agregação puramente estatística dos interesses individuais, que, em virtude da homologia, os agentes que se contentam em obedecer ao que lhes impõe sua posição no jogo atendem, justamente por isso e de quebra, às pessoas a que eles supostamente prestam serviços. O efeito de metonímia permite a universalização dos interesses particulares de dirigente partidário, permite atribuir os interesses do mandatário aos mandantes que ele supostamente representa. O principal mérito desse, modelo está em explicar o fato de os mandatários não serem cínicos (ou muito menos e com frequência muito menor do que se poderia esperar), de serem envolvidos pelo jogo e de realmente acreditarem no que fazem.

Há muitos casos como esse, nos quais os mandantes e os mandatários, os clientes e os produtores, estão numa relação de homologia estrutural. É o caso do campo intelectual, do campo do jornalismo: considerando que o jornalista do *Nouvel Obs* está para o jornalista do *Figaro*, assim como o leitor do *Nouvel Obs* está para o leitor do *Figaro*, quando ele se compraz em acertar contas com o jornalista do *Figaro*, ele está agradando ao leitor do *NouvelObs*, sem nunca procurar diretamente agradar-lhe. Trata-se de um mecanismo muito simples, mas que desmente a representação comum da ação ideológica como serviço ou servilismo interessados, como submissão interessada a uma função: o jornalista do *Figaro* não é o escrevinhador do episcopado ou o laçai do capitalismo, etc.; ele é, primeiro, um jornalista que, de acordo com o momento, é obsedado pelo *Nouvel Observateur* ou pelo *Libération*.

Os delegados do aparelho

Até aqui dei ênfase à relação entre mandantes e mandatários. Agora é preciso examinar a relação entre o corpo de mandatários, o aparelho - que possui seus interesses e, como diz Weber, suas “tendências próprias”, em especial a tendência para a autoperpetuação - e os mandatários individuais. Quando o corpo de mandatários, o corpo sacerdotal, o partido, etc., afirma suas tendências próprias, os interesses do aparelho prevalecem sobre os interesses dos mandatários individuais, que, por essa razão, deixam de ser responsáveis perante os mandantes para se tornarem responsáveis perante o aparelho: a partir de então,

já não é possível compreender as propriedades e as práticas dos mandatários sem passar por um conhecimento do aparelho.

A lei fundamental dos aparelhos burocráticos exige que o aparelho dê tudo (e especialmente o poder sobre o aparelho) àqueles que lhe dão tudo e esperam tudo dele porque não têm nada ou não são nada à margem dele; em termos mais brutais, o aparelho dá mais valor àqueles que lhe dão valor porque são estes que ele domina melhor. Zinoviev, que compreendeu muito bem essas coisas, e não sem motivos, mas que continua preso a juízos de valor, diz: “A origem do sucesso de Stálin reside no fato de ele ser alguém extraordinariamente medíocre”*. Ele passa bem perto do enunciado da lei. Ainda a propósito do dirigente partidário, fala de “uma força extraordinariamente insignificante e, por essa razão, invencível” (p. 307). São belas fórmulas, mas um pouco falsas, porque a intenção polêmica, que lhes dá o encanto, impede considerar o dado tal como ele é (o que não equivale a aceitá-lo), A indignação moral não é capaz de compreender que sejam bem-sucedidos no aparelho aqueles que a intuição carismática percebe como os mais idiotas, os mais ordinários, aqueles que não possuem nenhum valor próprio. De fato, eles são bem-sucedidos não por serem os mais ordinários, mas por não terem nada de extraordinário, nada além do aparelho, nada que os autorize a tomar liberdades em relação ao aparelho, a se fazer de espertos.

Há então uma espécie de solidariedade estrutural, não acidental, entre os aparelhos e determinadas categorias de pessoas, definidas sobretudo negativamente, como não tendo nenhuma das propriedades que é interessante possuir em dado momento no campo em questão. Em termos mais neutros, diremos que os aparelhos consagram pessoas confiáveis. Mas confiáveis por quê? Porque não possuem nada que lhes permita se opor ao aparelho. Assim é que, tanto no Partido Comunista Francês dos anos 50 como na China da Revolução Cultural, os jovens muitas vezes serviram como comitres simbólicos, como cães de guarda. Ora, os jovens não são apenas o entusiasmo, a ingenuidade, a convicção, tudo aquilo que sem pensar muito associamos à juventude; do ponto de vista do meu modelo, eles são também aqueles que não possuem nada; são os novatos, aqueles que chegam ao campo sem capital. E, do ponto de vista do aparelho, são bucha de canhão para combater os velhos, que, começando a ter capital, seja através do partido, seja por si mesmos, usam esse

*Les hauters béantes, ed. Juillard - L'Age d'Homme, p. 306

capital para contestar o partido. Aquele que não possui nada é um incondicional; e ele tem menos ainda a opor na medida em que o aparelho lhe dá muito, de acordo com sua incondicionalidade, e seu nada. Assim é que nos anos 50 este ou aquele intelectual de vinte e cinco anos conseguia *ex officio*, por delegação do aparelho, um público que somente os intelectuais mais consagrados podiam conquistar, mas, nesse caso, se assim posso dizer, por conta do autor.

Essa espécie de lei de ferro dos aparelhos é reforçada por um outro processo que vou abordar muito rapidamente e que eu chamaria de “efeito comitê”. Refiro-me à análise feita por Marc Ferro do processo de bolchevização. Nos soviets de bairro, nos comitês de fábrica, ou seja, nos grupos espontâneos do começo da Revolução Russa, todo mundo comparecia, as pessoas falavam, etc. Depois, a partir do momento em que se designava um militante profissional, as pessoas começavam a comparecer menos. Com a institucionalização encarnada pelo militante profissional e pelo comitê, tudo se inverte: o comitê tende a monopolizar o poder, diminui o número de participantes das assembléias; é o comitê que *convoca* assembléias, e os participantes servem, de um lado, para manifestar a representatividade dos representantes e, de outro, para *ratificar* suas decisões. Os militantes profissionais começam a censurar os membros comuns por não comparecerem com a necessária freqüência às assembléias que os reduzem a tais funções.

Esse processo de concentração do poder nas mãos dos mandatários é uma espécie de realização histórica do que é descrito pelo modelo teórico do processo de delegação. As pessoas estão lá, elas falam. Depois, vem o militante profissional; e as pessoas comparecem menos. Em seguida, há um comitê, que começa a desenvolver uma competência específica, uma linguagem própria. (Poderíamos lembrar aqui o desenvolvimento da burocracia da pesquisa: há pesquisadores, há administradores científicos que supostamente prestam serviços aos pesquisadores. Os pesquisadores não compreendem sua linguagem burocrática - “verba de pesquisa”, “prioridade”, etc. - e, nos dias que correm, técnico-burocrática - “demanda social”. De repente, eles param de ir, e seu absenteísmo é denunciado. Mas alguns pesquisadores continuam, aqueles que têm tempo. E já se conhece a seqüência.) O militante profissional, como o nome indica, é alguém que consagra todo o seu tempo àquilo que, para os outros, é uma atividade secundária ou, pelo menos, de tempo parcial. Ele tem tempo; e tem o tempo a seu favor. Está em condição de dissolver na duração burocrática, na

repetição devoradora de tempo e energia, todos os atos de força proféticos, isto é, descontínuos. É assim que os mandatários concentram um determinado poder, desenvolvem uma ideologia específica, fundada na inversão paradoxal da relação com os mandantes - cujo absenteísmo, incompetência e indiferença aos interesses coletivos são condenados, não se percebendo que eles são produto da concentração do poder nas mãos dos militantes profissionais. O sonho de todos os militantes profissionais é um aparelho sem base, sem fiéis, sem militantes... Eles detêm a permanência contra a descontinuidade; possuem a competência específica, a linguagem própria, uma cultura que lhes é própria, a cultura de dirigente partidário, fundada numa história própria, a de seus pequenos assuntos (Gramsci diz, em algum lugar: “Temos debates bizantinos, conflitos de tendências, de correntes, sobre os quais ninguém entende nada”). E, depois, há uma tecnologia social específica: essas pessoas tornam-se profissionais da manipulação da única situação que poderia lhes trazer problemas, isto é, o confronto com os mandantes. Eles sabem manipular as assembléias gerais, transformar votos em aclamação, etc. E, além disso, têm a lógica social a seu favor, porque - seria ainda bastante demorado demonstrar isso - basta-lhes não fazer nada para que as coisas caminhem ao encontro de seus interesses, e seu poder reside freqüentemente na escolha, entrópica, de não fazer, de não escolher.

Já deverá estar claro que o fenômeno central é essa espécie de inversão do quadro de valores que permite, no limite, converter o oportunismo em devotamento militante: existem postos, privilégios, pessoas que se apossam deles; longe de se sentirem culpadas por terem atendido a seus próprios interesses, elas dirão que não os tomam em proveito próprio, mas pelo partido ou pela Causa, assim como invocarão, para mantê-los, a regra segundo a qual não se abandona um posto conquistado. E chegarão até a descrever como abstencionismo ou dissidência culpada a reserva ética perante a tomada de poder.

Existe uma espécie de autoconsagração do aparelho, uma teodicéia do aparelho. O aparelho sempre tem razão (e a autocrítica dos indivíduos fornece-lhe um último recurso contra o questionamento do aparelho enquanto tal). A inversão do quadro de valores, com a exaltação jacobina do político e do sacerdócio político, fez com que a alienação política que apontei no início deixasse de ser percebida e que, ao contrário, tenha se imposto a visão sacerdotal da política, a ponto de fazer se sentirem culpados aqueles que não entram nos jogos políticos. Em outros termos, foi tão interiorizada a representação segundo a qual o

fato de não ser militante, de não estar engajado na política, seria uma espécie de pecado a ser eternamente redimido, que a última revolução política, a revolução contra o clericalismo político, e contra a usurpação inscrita em estado potencial na delegação, continua por fazer.

Original: BOURDIEU, Pierre – Coisas Ditas, São Paulo, Brasiliense, 1990 p.188-206

Digitalizado pelo Grupo Libertário de Ação Direta - GLAD